

EDITORIAL

A singularidade do desejo do sujeito, a universalidade do controle da *pólis* e a paixão segregante da mercadoria

Raul Albino Pacheco Filho



Para a Psicanálise, *segregação*, *separação* e *exclusão* encontram-se na origem da constituição do humano, seja qual for a via de entrada do sujeito no simbólico: ou a *separação/clivagem* das instâncias Cs-PCs-ICs (na *Verdrängung*), ou a *clivagem* entre o reconhecimento e a renegação da falta/castração (na *Verleugnung*), ou a *forclusão* de um significante fundamental no lugar do Outro (na *Verwerfung*). E segregação e separação prosseguem no tempo de exploração da estrutura, pelo sujeito, em suas buscas sempre claudicantes de fronteiras e limites que lhe permitam inse-

rir-se/identificar-se nas/às categorias precariamente definidas por diferenças sexuais e diferenças de geração. Não apenas isto: *segregação*, *limitação* e *controle* são também a base e o fundamento da construção do laço social, se tomarmos a sério a proposta de surgimento da sociedade que Freud nos apresenta no quarto ensaio de “Totem e Tabu” (1913 [1912-1913]/1987). Assassinar o Pai (o único diferente), *segregar* a exceção ($\exists x \phi x$) e estabelecer a *limitação* e o *controle* pela lei (interdição do incesto) é o modo de se construir o laço social entre os irmãos: os que se regem pela norma/regra ($\forall x \phi x$) que funda o coletivo.

Em “O mal-estar na civilização” (1930/1987), Freud mostrou que o laço social entre os seres humanos sempre incluiu a violência e a hostilidade, na medida em que o outro pode ser tomado não apenas como modelo, objeto afetivo e aliado, mas também como inimigo odiado: a ser destruído, controlado, explorado, excluído ou segregado. O coletivo é o único contexto em que se pode empregar, com propriedade, o termo “seres humanos”: e é exatamente esse o âmbito em que estes revelam tanto o melhor quanto o pior de si próprios:

Quem quer que lembre as atrocidades cometidas durante as migrações raciais ou as invasões dos hunos, ou pelos povos conhecidos como mongóis sob a chefia de Gengis Khan e Tamerlão, ou na captura de Jerusalém pelos piedosos cruzados, ou mesmo, na verdade, os

horrores da recente guerra mundial, quem quer que lembre tais coisas terá de se curvar humildemente ante a verdade dessa opinião. (FREUD, 1930/1987, p. 133)

E o mais espantoso e paradoxal é que a agressão mútua entre grupos e o “narcisismo das pequenas diferenças” é a forma “através da qual a coesão entre os membros da comunidade é tornada mais fácil” (ibid., p.136).

Se a limitação, o controle e a segregação são *transistóricos* e estão, como foi argumentado, no âmago da constituição dos sujeitos e das relações entre os humanos (em sua *estrutura*), impõe-se, entretanto, que não esqueçamos aquelas diferenças que são estabelecidas pelas *distintas formas históricas* do laço social. E aqui a figura do Estado ganha toda a sua importância, como forma institucionalizada de estabelecimento da lei/limite/controlado, buscando, com sucesso sempre relativo e temporário, a consolidação e estabilização de formas históricas específicas de laço social.

Marx nos alertou para o fato de o Estado não dever ser concebido como expressão de algo da ordem de uma “vontade geral”. Na verdade, ele “se funda na contradição entre o *público* e a *vida privada*, entre o *interesse geral* e o *particular*” (MARX, 1844, apud IANNI, 1992, p. 31; grifos no original) E, em suas ordenações, o Estado desconhece obrigatoriamente diferenças entre distintos sujeitos. Mas isto não significa igualdade uniformemente distribuída, “sendo o Estado, portanto, a forma pela qual os indivíduos *de uma classe dominante* fazem valer seus interesses comuns” (MARX, 1932 [1845-1846]/2008, p. 74; grifos meus).

Marx também apontou como os objetos tornam-se humanos, na medida em que se tornam sociais, vindos do homem, para o homem, perdendo para este sua “naturalidade egoísta”: é assim com o olhar humano, o ouvir humano, etc. e não apenas com o pensar. A humanização da natureza cria a humanidade de todos os sentidos, aí incluídos os da percepção. Porém, a forma histórica social do capitalismo torna o homem um *objeto estranho*, com uma forma de vida que é a alienação/estranhamento da sua vida, na qual a própria relação com os objetos e com os outros homens só pode ser concebida e vivida no sentido da posse e do “*ter*”. Esta é uma limitação essencial: assim como os sacerdotes usam as imperfeições humanas para atá-los no “laço com os céus”, o capitalista cria demandas arbitrárias para atá-los aos objetos-mercadoria:

engano-te enquanto te proporciono gozo (...). O produtor submete-se aos mais abjetos caprichos do seu próximo, desempenha o papel de proxeneta (...) desperta-lhe apetites mórbidos e espreita todas as suas fraquezas, para exigir dele, depois, a propina por estes bons serviços. (MARX, 1932 [1844] /1974, p. 23)

Estamos no âmbito daquilo que Lacan chamou “discurso do capitalista”. A teoria dos discursos, apresentada no “Seminário 17: O avesso da Psicanálise” (1969-1970/1992) e em outros trabalhos posteriores traz as contribuições de Lacan para se pensar o laço social. E o “discurso do capitalista” – uma variação do “discurso do mestre” – dirige nossa atenção para esse período histórico que ocupou a parcela mais importante do esforço intelectual e da atividade política de Marx. É o “discurso do capitalista” que, no paroxismo de seu andamento, conduziu aos conflitos de nosso momento histórico, em que a própria relevância do Estado, como instituição ordenadora do laço social da sociedade capitalista, tem por vezes sido colocado em xeque. Ora apresentado como elemento principal do problema, ora da solução, multiplicam-se análises de teor distinto, entendendo-o como causa ou como saída para o “mal-estar” do capitalismo. Mal-estar *histórico e contingente* e não o freudiano, *estrutural*: acho, eu, importante ressaltar!

Chegamos ao tema deste segundo número de *A PESTE*, que coloca em pauta um dos aspectos importantes do “mal-estar” do capitalismo: a intensificação das medidas visando *limitar, controlar e segregar*. Índícios podem ser encontrados à vontade, como, por exemplo, as medidas estatais racistas e xenofóbicas recentes, na Europa e nos EUA, entre as quais se incluem as legislações e controles estatais anti-imigração. Mas há os que perguntam se o desaparecimento do Estado Moderno não conduziria a algo ainda pior, como um eventual totalitarismo monolítico capitalista, selvagem, radical, sem limitação e controle, dirigido tão somente pela hegemonia política e econômica de megasempresas transnacionais.

Tentativas de modificação das instituições do Estado têm sido elaboradas e colocadas em prática e muitas buscam o seu aperfeiçoamento, ainda que sem alterações essenciais na estrutura capitalista. Uma das mais importantes foi constituída pela criação do Mercado Comum Europeu, à qual têm se seguido formulações de planos semelhantes em outras regiões do mundo. Obterão êxito na solução dos mais importantes e urgentes problemas? Muitos exprimem o seu ceticismo: “Nosso futuro de mercados comuns encontrará seu equilíbrio numa ampliação cada vez mais dura dos processos de segregação” (LACAN, 1968 [1967]/2003, p. 263). E o aumento

do número das marchas e manifestações contra imigrantes na Europa e nos EUA, o crescimento de agressões e hostilidades raciais e as greves contra a contratação de mão de obra estrangeira são indícios não muito animadores. Daí a importância de se dar a devida atenção e cuidado ao pessimismo da análise lacaniana de que o campo de concentração “representou a reação de precursores em relação ao que se irá desenvolvendo como consequência do remanejamento dos grupos sociais pela ciência e, nominalmente, da universalização que ela ali introduz” (ibid.).

Entre a universalidade da lei da *pólis* e a singularidade do desejo do sujeito, a contradição permanece uma “ferida aberta”, como na tragédia de Antígona. Será pensável uma alternativa possível, uma vez posta à mostra a precariedade da solução do “sujeito do dever” kantiano, de um lado, e a do *cynicism* sloterdijkiano do sujeito do capitalismo contemporâneo (homóloga à do herói sadiano?), de outro? “A questão de se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é teórica, mas *prática*. É na *práxis* que o homem deve demonstrar a verdade, a saber, a efetividade e o poder, a ceterioridade de seu pensamento” (MARX, 1888 [1845]/1974, p. 57; grifos no original).

Se o sujeito do capitalismo pôde ser capturado de modo *histórico e contingente* em uma sideração pelos objetos-mercadoria, isso foi possível em função de um seu aspecto *estrutural*: “O homem como ser objetivo sensível é, por isso, um ser *que padece*, e, por ser um ser que sente sua paixão, um ser *apaixonado*. A paixão é a força essencial do homem que tende energeticamente para seu objeto” (MARX, 1932 [1844] /1974, p. 47; grifos no original). Terminará ele seus dias prisioneiro dessa sua paixão e da tendência a *limitar, controlar e segregar* que ela acirra?

Para terminar sem ingenuidade, mas também sem encerramento na “covardia moral” da depressão, lembremos uma última passagem do Terceiro Manuscrito:

O homem, no entanto, não é apenas ser natural, mas ser natural *humano*, isto é, um ser que é para si próprio (...). Por conseguinte, nem os objetos humanos são os objetos naturais tais como se oferecem imediatamente, nem o sentido *humano*, tal como é imediata e objetivamente, é sensibilidade *humana*, objetividade humana. Nem objetiva nem subjetivamente está a natureza imediatamente presente ao ser *humano* de modo adequado. E como tudo o que é natural deve *nascer*, assim também o *homem* possui seu ato de nascimento: a *história* (...). A história é a verdadeira história natural do homem. (Ibid.; grifos no original)

Referências

- FREUD, Sigmund (1913 [1912-1913]/1987). Totem e tabu. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2ª ed., 1987, vol. XIII.
- _____(1930/1987). O mal-estar na civilização. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2ª ed., 1987, vol. XXI.
- IANNI, Octavio (org.) (1992). *Marx*. São Paulo: Ática.
- LACAN, Jacques (1968 [1967]/2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____(1969-1970/1992). *O seminário, livro 17: o avesso da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MARX, Karl (1888 [1845]/1974). Teses contra Feuerbach. In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril.
- _____(1932 [1844]/1974). Manuscritos econômico-filosóficos. In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril.
- _____(1932 [1845-1846]/2008). *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 3ª ed.